



MEIO AMBIENTE

A poucos dias do término do governo Bolsonaro, presidentes do Ibama e da Funai publicam instrução normativa que permite a derrubada e a comercialização de madeira de áreas indígenas até mesmo a grupos que não incluem os povos nativos

Governo libera mata de reserva à exploração

» ISABEL DOURADO*

Florian Plaqueur/AFP



As duas semanas do fim do mandato, o presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizou a realização de “manejo florestal” dentro de terras indígenas. Na verdade, a instrução normativa (IN) autoriza a exploração de madeira, conforme está no texto publicado, ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*. Assinam a permissão os presidentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Bim, e da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Xavier.

Segundo a instrução, o objetivo é estabelecer “as diretrizes e os procedimentos para elaboração, análise, aprovação e monitoramento de Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário”. A permissão, porém, entra em vigor somente em 30 dias a contar da data da publicação no *DOU*, já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que representa que a medida deverá ser revogada. A IN estabelece, ainda, que a exploração madeireira poderá ser feita por “organizações indígenas ou através de organizações mistas” — ou seja, que incluem não nativos.

Em defesa da permissão para a exploração nas reservas, a Funai afirmou que a instrução era uma “reivindicação antiga de diversas etnias e resultará em mais autonomia para os indígenas”. De acordo com a autarquia, a IN possibilitará a ampliação de “geração de renda nas aldeias de forma sustentável”.

Reações

Porém, para entidades ambientais, a instrução fere a Constituição, que veda a exploração de madeira em terra indígena. O coordenador jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Eloy Terena, usou as redes sociais para criticar a

permissão para a derrubada e retirada das árvores.

“No apagar das luzes, presidente da Funai publica instrução normativa para regular exploração de recursos madeireiros em terras indígenas, e abre possibilidade para atuação de não indígenas. Esse ato fere o usufruto exclusivo previsto na Constituição”, destacou.

Para Terena, a instrução normativa é uma reação ao “revogação” de decretos do governo Bolsonaro, anunciado na última quarta-feira pelo futuro ministro da Justiça e Segurança Pública,

Flavio Dino. “A norma configura uma resposta do governo atual à demanda dos madeireiros, visando o incentivo à extração de madeira nas terras indígenas, atividade que por sua própria natureza não pode ser realizada de maneira sustentável”, acrescentou.

A deputada federal Sônia Guajajara (PSol-SP) indignou-se no Twitter. “No apagar das luzes, Marcelo Xavier, presidente da Funai, publica mais uma IN que autoriza exploração de madeira em terras indígenas e libera a entrada de invasores em geral”, publicou.

Questionado sobre a permissão, o senador Randolfé Rodrigues (Rede-AP) disse que vai levar o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF). Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas da organização Observatório do Clima, disse que a instrução “é uma verdadeira afronta neste fim do mandato”.

Segundo Juliana de Paula, assessora jurídica do Instituto Socioambiental, a instrução normativa abre margem para impactos ambientais sérios. “É inédito que a Fundação Nacional do Índio e

o Ibama venham autorizar o manejo dentro das terras indígenas. Permitir que a exploração possa ser feita por organizações mistas (compostas por indígenas e não indígenas) preocupa porque eles abrem os territórios para possam explorar economicamente essa área. A gente espera que a decisão seja revogada, até porque isso não está alinhado com as pautas que Lula defende”, observou.

Na avaliação de Luana M. Almeida, coordenadora de Política para Servidores da Indigenistas Associados (INA), “a gente já

» Monkeypox pode causar cegueira

A demora no acesso ao tecovirimat, único remédio aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para tratamento da varíola dos macacos (monkeypox ou mpx), pode fazer a doença evoluir de forma desenfreada e com manifestação ocular atípica. Isso ocorreu em pelo menos 10 pacientes da doença em São Paulo, tratados por Luciana Finamor, oftalmologista especializada em infecções oculares. Em dois deles, a espera de 60 dias pelo medicamento provocou a cegueira de um dos olhos, quadro que a literatura existente até hoje não sabe determinar se é reversível. A última remessa de tecovirimat que chegou ao Brasil trouxe os tratamentos de dois pacientes em São Paulo, atendidos na rede pública. Em ambos, a mpx evoluiu sem tratamento viral específico por dois meses e de forma grave, transmitindo as feridas da pele para as córneas e comprometendo a visão de ambos até a cegueira.

Pela IN, explorar madeira pode ser feito por “organizações indígenas ou através de organizações mistas”, ou seja, que incluem não nativos

IMIGRAÇÃO

Brasileiros cobram em Lisboa vistos de trabalho e residência

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa — Brasileiros, apoiados por outros estrangeiros, ocuparam as ruas de Lisboa ontem numa manifestação contra o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal, responsável pela concessão de vistos de trabalho e residência no país europeu. Há pessoas esperando por atendimento há três anos, sem qualquer perspectiva de regularização da situação. Dados do Ministério da Administração Interna apontam que mais de 200 mil cidadãos estão à espera de uma definição do SEF, a maioria de brasileiros.

Os imigrantes alegam que estão aprisionados em Portugal. Sem a regularização da documentação, não podem sair do país sob o risco de serem barrados na volta. Os manifestantes alegam que o descaso do SEF ainda empurra milhares de pessoas para a vulnerabilidade, pois não conseguem trabalho formal e moradia digna. As associações

que representam esses imigrantes dizem que muitos acabam vivendo em situações análogas à escravidão.

Sônia Gomes, 56 anos, da Associação dos Imigrantes em Portugal, disse que o objetivo do protesto foi fazer com que o SEF enxergue a situação de milhares de estrangeiros que vivem e trabalham no país. Muitos estão tentando fazer reagrupamento familiar ou levar adiante processos de manifestação de interesse para ficar.

A brasileira ressaltou que o SEF tem apenas 50 funcionários para atender todo o país. Segundo Sônia, sem mão de obra estrangeira Portugal para, uma vez que, na área de serviços, os trabalhadores vindos de fora são maioria. “Nos reunimos várias vezes com a direção do SEF, que promete resolver os problemas, mas nada vai adiante”, criticou.

Garantias

Os mais de 200 manifestantes se concentraram na Praça Luís de

Vicente Nunes/CB/D.A Press



Camões, no centro de Lisboa. De lá, seguiram em direção à Assembleia da República, o Congresso português, para cobrar de parlamentares que a legislação seja cumprida. Segundo Carlos Viana, um dos fundadores da Casa do Brasil, a legislação portuguesa sobre imigração é avançada

— o problema está no SEF, cuja burocracia não aceita as mudanças propostas pelo governo, de tirar o poder policial do órgão. Está prevista a extinção da autarquia, com a criação de uma agência de imigração. Já a parte policial será transferida para a Segurança Pública.

Viana lembrou que, em 2003, foi assinado um acordo com o governo português, que regularizou a situação de mais de 30 mil brasileiros. Por tabela, outros estrangeiros aproveitaram as facilidades. Dali em diante, os avanços resultaram numa nova lei de imigração, em 2007. O problema

Brasileiros protestam contra o que consideram descaso do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

é que o corporativismo se sobrepõe à legislação, segundo ele. O resultado é o mau serviço do SEF. Aos gritos de “Eu existo, com ou sem visto. Imigrante não é ilegal. Queremos respeito”, os manifestantes marcharam até a Assembleia da República. Aisha Noir, 28 anos, de Belo Horizonte, cobrou providências do governo português. “Como não respondem sobre o meu pedido de manifestação de interesse para continuar no país, não posso ir ao Brasil ver meus parentes. É indigno é injusto”, afirmou, ao lado José Vicente, 34, integrante da Rede de Apoio Mútuo, uma das organizações do protesto.

Na Assembleia da República, os manifestantes encontraram uma barreira de policiais para evitar protestos mais violentos. “A sociedade portuguesa reconhece a importância dos estrangeiros, mas o que vemos é a perpetuação da violência e do autoritarismo na forma como o Estado trata os imigrantes”, disse Débora Diniz, diretora do Coletivo Andorinhas.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi